



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **1502621-17.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 222/2018 - 04º D.P. SÃO CARLOS**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **WILLIAN MARQUES MENDES**  
 Vítima: **RENATA CRISTINA VILLANI NICOMEDIS**

Réu Preso

Aos 22 de novembro de 2018, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu WILLIAN MARQUES MENDES, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Mantidas as algemas para segurança dos presentes, observada a disciplina da escolta policial, que exige segurança também dos próprios agentes. Ademais, existem no fórum outras audiências criminais nesta data, havendo risco à integridade física dos presos e dos demais presentes, razões pelas quais se justifica a manutenção das algemas, nos termos da Súmula vinculante nº 11 do E. STF. **A seguir** foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistiam da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. Willian Marques Mendes, qualificado a fls.06, foi denunciado como incurso no artigo 157, §2º, II, do Código Penal, porque no dia 19 de setembro de 2018, por volta das 07h00min, na Rua Germano Fher Junior, 435, bairro Jardim Nova São Carlos, nesta cidade e comarca de São Carlos, subtraiu, para si, mediante grave ameaça exercida contra a vítima Renata Cristina Vilani Nicomedis, juntamente com outro indivíduo não identificado até o momento, R\$500,00 (quinhentos reais) em dinheiro. Consta que na data dos fatos, o denunciado, juntamente com outro indivíduo não identificado, visando praticar crime de roubo, abordou a vítima Renata, a qual se encontrava trabalhando no interior de um sacolão, no local dos fatos. Para tanto, os agentes anunciaram o assalto à vítima, fazendo menção de estar em armados. Em seguida, em tom ameaçador, determinaram que ela entregasse dinheiro, sendo prontamente atendidos e se evadindo do local logo em seguida. Posteriormente,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

a polícia foi acionada, sendo o denunciado preso em flagrante. Recebida a denúncia (fls.52), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.72). Nesta audiência foram ouvidas a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando-se a reincidência. A defesa pediu o reconhecimento da confissão e a imposição de regime semiaberto. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. Não há dúvida de que houve o roubo, praticado em concurso de agentes, conforme descrito na denúncia. O réu é reincidente (fls.60). Nesses termos, a condenação é de rigor, reconhecida a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno WILLIAN MARQUES MENDES** como incurso no art.157, §2º, II, c.c. art.61, I, e 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, já considerada a atenuante da confissão que se compensa com a agravante da reincidência e mantêm a sanção inalterada. Em razão da causa de aumento do concurso de agentes aumento a sanção em 1/3, perfazendo a **pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa, no mínimo legal**. Sendo reincidente (fls.60), a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não cabe regime intermediário por conta de expressa disposição legal do citado artigo. Tampouco a reincidência recomenda fixação de regime diverso, posto que o réu já foi condenado por furto anteriormente. A existência de crime cometido em estabelecimento comercial vem assustando a comunidade e, por isso, com o aumento da violência, afronta-se a garantia da ordem pública, que justifica a prisão cautelar. Comunique-se o princípio em que se encontra. Estão presentes os requisitos da prisão cautelar, já mencionados as fls.21/22. Comunique-se o presídio em que se encontra o réu. Não há alteração do regime em razão do artigo 387, §2º, do CPP. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: